

## “Roça é tudo pra mim”: A gestão da renda e da terra para mulheres assentadas

Mariana Machitte de Freitas[[1]](#footnote-2)

Aida Victoria Garcia Montrone[[2]](#footnote-3)

**GT 04**: Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas, e das águas num mundo de crises.

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo compreender e analisar os processos educativos da gestão da renda ligada ao manejo da terra de mulheres agricultoras de assentamento localizado na cidade de São Carlos/SP e como isso impacta na forma como constroem suas visões sobre ser mulher do campo. São também mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e que realizam a gestão monetária da renda auferida pelo benefício social. Ao analisar suas práticas de manejo da terra e para o autoconsumo, e suas rotinas fortemente voltadas para o cuidado, percebemos que o processo de luta pelo direito à terra, pelo direito de se viver na terra e da terra produz processos educativos que geram passos em direção à maior autonomia e maior visibilidade do trabalho feminino, contribuindo para a preservação da vida e de seus territórios. São processos em busca da libertação que, para elas, significa viver na terra.

Palavras-chave: Processos Educativos, Gestão da terra, Gestão da renda familiar, Mulheres do Campo

**APRESENTAÇÃO**

Este artigo tem como objetivo compreender e analisar os processos educativos da gestão da renda ligada ao manejo da terra por parte de mulheres agricultoras do Projeto de Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos, localizado na cidade de São Carlos/SP[[3]](#footnote-4) e como isso impacta na forma como constroem suas visões sobre ser mulher do campo. São também mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e que realizam a gestão monetária da renda auferida pelo benefício social. Partimos da compreensão de que saberes são produzidos durante as diversas experiências de práticas sociais e que as pessoas se educam ao longo deste processo (OLIVEIRA et al., 2014).

Dividimos o texto em três sessões. Na primeira parte, faremos uma breve apresentação do contexto e do território em que as colaboradoras da pesquisa vivem. Na segunda sessão, abordaremos a divisão do trabalho e divisão sexual do trabalho, revelando quais são as tarefas desempenhadas por elas dentro do lote e no trabalho doméstico. Analisar o trabalho, seja produtivo ou reprodutivo, quem realiza e quem é responsável por cada um deles, traduz a forma como as famílias configuram tanto as relações de gênero, como a própria reprodução material da existência. Além disso, a partir da divisão das tarefas, veremos como se dá a produção para autoconsumo, a proporção produzida para a alimentação familiar e a forma de gestão desses alimentos. Na terceira parte, apresentaremos os relatos que elas nos deram acerca dos diferentes modos de manejo da terra, a forma com que produzem e fazem gestão desta produção. Também serão expostos os significados, para as mulheres, do que é ser mulher, pobre e viver na terra.

Veremos que são produzidas práticas de resistências cotidianas traduzidas na produção para o autoconsumo e no manejo da terra, na divisão do trabalho e nas diferentes formas de viver na terra e que estas produziram processos educativos de resistência e resiliência durante a experiência do fazer a gestão da terra, da casa e renda familiar.

**A ROÇA COMO ORIGEM**

O Projeto de Assentamento (PA) Comunidade Agrária Nova São Carlos foi constituído em agosto de 2009, possuindo 84 famílias assentadas, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). De acordo com Ferreira (2014), o terreno onde se localiza o assentamento, denominado Horto Florestal de São Carlos, era inicialmente propriedade da antiga empresa Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), onde havia arrendamentos para plantação de eucalipto. Está próxima ao Distrito Industrial e aos bairros da área sul de São Carlos, sendo dividida pela estrada Municipal Domingos Innocentini (BERNARDINO, 2013). Pela proximidade da cidade, podemos caracterizar que o assentamento localiza-se em perímetro peri-urbano da cidade.

Após fixar-se nos lotes, depois da homologação, as famílias tiveram novos desafios. O INCRA fez 5 poços artesianos, sem, no entanto, instalar a rede de distribuição de água para as famílias. Alguns conseguiram fazer o seu próprio poço, mas a maioria depende de receber água por caminhão-pipa a cada 15 dias ou uma vez ao mês pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos (SAAE – São Carlos). A questão da água dificulta a realização de atividades agrícolas em seus lotes, fazendo com que muitos assentados busquem alternativas de trabalho rural ou urbano precários e temporários.

Esta pesquisa de cunho qualitativo utilizou a metodologia da observação participante, em que o intuito é a construção de conhecimento gerado pela própria experiência de interação entre as mulheres moradoras do Assentamento e a pesquisadora. Brandão (1984) defende que, na observação participante, o(a) pesquisador(a) se insere na vida e na cultura que investiga, transformando-se em uma relação de compromisso com sua história.

O procedimento para coleta de dados escolhido foi a realização de duas entrevistas reflexivas semiestruturadas com cada uma das 6 (seis) mulheres participantes da pesquisa, que foram indicadas em sistema de Bola de Neve (VINUTO, 2014). As colaboradoras da pesquisa[[4]](#footnote-5) foram: Margarida, 49 anos, branca, casada e com dois filhos; Isabel, 50 anos, negra, casada e com uma filha; Rosa, 39 anos, parda, casada e com quatro filhos; Aurora, 47 anos, branca, casada e com 3 filhos; Sheila, 40 anos, parda, separada e com quatro filhos; e por último, Carolina, 32 anos, branca, casada e com dois filhos.

Em suas trajetórias de vida, a terra, a “roça”, é, em geral, seu local de origem. Elas partiram na infância ou adolescência com seus familiares para a área urbana em busca de melhores condições, muitas vezes mudando-se de cidade ou de estado. Moraram em bairros de periferia, trabalharam em empregos precários e algumas mantiveram atividades como trabalhadoras rurais. Após alguns anos, já adultas, ingressaram no movimento de luta pela terra.

### A ROTINA E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Cada família possui um arranjo específico da divisão do trabalho e divisão sexual do trabalho no lote. De modo geral, os homens ficam responsáveis pela obtenção da renda proveniente de trabalhos temporários realizados fora do assentamento, seja por empreitada ou pagamento de diária, sendo as mulheres responsáveis por grande parte dos trabalhos de dentro do lote, seja este produtivo ou reprodutivo e para o autoconsumo.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Segundo Hirata e Kergoat, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios: da separação, em que se distinguem as tarefas desempenhadas por homens e mulheres; e o princípio hierárquico, em que o trabalho do homem possui maior valor do que da mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Assim, o trabalho doméstico é geralmente desempenhado por mulheres e possui menor valor como tarefa. As mulheres em área rural trabalham muito mais horas que os homens, seja buscando água, cortando lenha, e nos cuidados dos familiares. No entanto, o trabalho feminino se torna invisível e desvalorizado.

Durante as entrevistas, as seis mulheres relataram que o trabalho doméstico e de cuidado dos filhos é feito exclusivamente por elas. Pela descrição que elas fizeram, as mulheres são as primeiras do lote a se levantarem e as últimas a irem dormir. Nos lotes de Margarida e de Aurora, os homens sabem cozinhar e o fazem quando as mulheres precisam se ausentar; porém, a responsabilidade das refeições no dia a dia é delas, ou, no caso do lote de Isabel, da filha. Os filhos ajudam na limpeza da casa e em algumas atividades no próprio lote.

Margarida, ao relatar a rotina e divisão de tarefas realizada entre ela, o marido e os dois filhos, um menino e uma menina, demonstra o ensino de uma clara divisão sexual do trabalho. O marido “ajuda” nas tarefas domésticas, a filha ajuda a mãe dentro de casa e o filho ajuda nas tarefas da roça que ela também desempenha. Este processo descrito por Margarida demonstra como nós, mulheres, reproduzimos o patriarcado, ensinando para as filhas as tarefas domésticas e aos filhos as tarefas de “fora” de casa, mesmo quando desempenhamos as duas funções, como é o caso dela.

Em relação à divisão das tarefas no manejo da terra, tanto com fins comerciais como para autoconsumo, ela depende dos tipos de arranjos e acordos estabelecidos por cada família. Geralmente, são atividades realizadas pelos dois, a despeito dos maridos dedicarem-se a tais tarefas quando não estão trabalhando para fora, sendo que o tempo de dedicação depende da frequência com que realizam o trabalho externo.

Siliprandi (2011) coloca que as mulheres camponesas trabalham junto com seus maridos nas roças voltadas para comercialização e são responsáveis pelos “quintais”, visto como uma extensão da casa e do trabalho doméstico. O trabalho destes quintais fica invisibilizado e não é considerado nem contabilizado como *trabalho* como veremos a seguir. Aurora relata não realizar trabalho na terra, mas é responsável pelo cuidado com os animais na sua rotina diária. Carolina diz que o marido é quem realiza as atividades ligadas à terra aos finais de semana, mas é ela quem cultiva uma “mini-horta” em seu quintal. Margarida e Rosa manejam o lote agrícola praticamente sozinhas, porém não possuem o reconhecimento deste trabalho perante à família. Já Isabel é quem planeja e realiza o manejo da terra, com ajuda da filha e do marido, especialmente no serviço pesado. Sheila relata alguns cuidados empenhados para manutenção do lote, realizados com a ajuda da mãe no cuidado com os animais.

São nos quintais onde geralmente são produzidos os alimentos que possibilitam a estruturação de um sistema de autoconsumo das famílias. Autoconsumo ou produção para consumo próprio da família é todo alimento e item básico produzido pelas próprias agricultoras e agricultores em suas propriedades. Corresponde à um modo de ser e viver na terra e de construir as relações socioeconômicas com a natureza pautados pela chamada cultura camponesa. No próximo item apresentaremos mais elementos para a discussão sobre o manejo da terra, sobre o papel do autoconsumo na renda de suas famílias e do manejo comercial.

### O MANEJO PRODUTIVO DA TERRA NOS LOTES FAMILIARES

Durante os anos de vivência dentro assentamento, todas as mulheres participantes relataram que já passaram por alguma dificuldade no manejo com a terra. Sheila diz não plantar nada por conta da seca e da falta d'água, relatando também a perda de criação de aves por conta de incêndio provocado pela Usina de cana-de-açúcar vizinha, não tendo tido por isso nenhum ressarcimento. Desistiu de criar animais. Margarida também passou por um grande incêndio de causa indefinida durante a pesquisa de campo, que queimou cerca de 80% de seu lote.

Aurora, por sua vez, comentou em sua entrevista que havia plantado feijão, mas que “a terra não está dando nada”. As informações sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres assentadas no manejo produtivo indicaram que a terra da área em que foi implantado o assentamento rural passou por um esgotamento de sua fertilidade, por conta da realização anterior de sistema de plantio em monocultura de eucalipto, do uso intensivo do solo e de agrotóxicos. Com a terra exaurida, há um processo longo de recuperação da fertilidade do solo. Dentro deste contexto, as saídas encontradas, considerando ainda a questão da falta d’água para irrigação, foram na fruticultura. Algumas no método convencional e outras de forma agroecológica, que produz uma agricultura sustentável, baseada no conceito da *Agroecologia*.

A agroecologia se tornou bandeira de luta dentro de movimentos de camponeses e ambientalistas, para fortalecer a construção de uma agricultura sustentável e com produção de alimentos baseados na agricultura familiar, seguindo princípios éticos antirracistas e feministas. Neste sentido, a Caderneta Agroecológica (ALVES et al, 2018) percebeu a importância do papel da mulher tanto na produção para o autoconsumo nos *quintais agroecológicos*, como na preservação do meio ambiente, das sementes e saberes ancestrais. Estes quintais foram definidos como locais de manejo que evitam aplicar produtos químicos e onde existiam uma grande diversidade de culturas (IDEM).

De modo geral os quintais de Aurora, Isabel, Rosa e Margarida podem ser caracterizados como quintais agroecológicos, pela descrição do manejo da terra que elas fazem. Para além do quintal, Isabel possui plantio convencional de manga voltado para produção comercial. Rosa tem uma estufa de plantio, onde faz sua horta, além de ter em seu quintal plantas frutíferas e outras culturas: “É orgânico também” (Rosa). Margarida realiza o plantio das árvores frutíferas de forma orgânica também, mas em Sistema Agroflorestal (SAF), associando e consorciando as frutas com outras culturas.

Sistema agroflorestal é um nome genérico que se utiliza para descrever sistemas tradicionais de uso da terra amplamente utilizados, nos quais árvores são associadas no espaço e/ou no tempo com espécies agrícolas anuais e/ou animais. Combina-se, na mesma área, elementos agrícolas com elementos florestais, em sistemas de produção sustentáveis (FARREL; ALTIERI, 2012, p. 281).

Margarida nos relatou que não pretende usar veneno na comida que ela dá para a família dela, bem como o conflito que isto causa com vizinhos.

Não, não vou usar. Aí você fala: eu não quero isso pra minha vida. Eu não quero colocar agrotóxico na comida da minha família. Eu não quero! Então aí você já passa a ser chata. Então a pessoa já começa a te ver diferente e começa a te marcar. (Margarida – entrevista reflexiva)

Já Sheila nos expôs que em sua rotina coloca veneno na cerca, mas não comentou colocar em outras áreas. O veneno que ela se refere é conhecido como “mata mato”, o Glifosato, herbicida dessecante associado também ao plantio dos transgênicos. Este agrotóxico está fortemente associado à doenças como o câncer e seu uso traz contaminação, tanto em quem aplica, como ao solo, animais, plantas e água. É o agrotóxico mais vendido no Brasil e no mundo e seu uso está se tornando cada vez mais comum[[5]](#footnote-6).

Nas entrevistas, pedimos que as mulheres indicassem não o valor, mas uma proporção aproximada do que corresponde, “no prato” delas, da comida que vem de dentro do lote e da comida que vem de fora. Além disso, pedimos para elas nos contarem o que elas produziam na terra para o consumo da família. Aurora e Rosa relataram que os produtos para o consumo doméstico advêm metade de dentro do lote e metade do mercado. Já no caso de Isabel essa proporção de consumo de produtos obtidos no lote é mais que a metade, segundo ela.

Margarida também consome muitos produtos de seu próprio lote, cerca de 60% segundo ela. Durante a segunda entrevista, nos disse ainda consumir menos por conta do arroz e feijão, devido especialmente ao grande incêndio que atingiu sua propriedade, queimando boa parte de sua produção. “A gente tem muito no quintal!” (Margarida). Além de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), ela usa ervas como remédio para todos os tipos de tratamento. Ressalta não gostar de usar remédios farmacêuticos comerciais, traduzindo uma forma de ver as plantas não apenas como alimento, mas como fonte de cura para determinadas doenças. Tal prática no que diz respeito à gestão da renda, diminui o impacto da necessidade de dinheiro para a compra de determinados remédios no orçamento familiar.

No caso de Sheila e Carolina, a produção para o autoconsumo realizada em seus lotes é pequena. Sheila cultivava algumas culturas agrícolas, mas também passou por incêndio que, há alguns anos, destruiu sua plantação. No momento da pesquisa, a maioria dos alimentos que Sheila e Carolina consumiam vinha, sobretudo, do mercado.

O autoconsumo desempenha papel importante no combate à fome e para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional das populações viventes nas áreas rurais. A produção para o autoconsumo funciona também como poupança nos momentos de maior necessidade e de excedente. Todas relataram esta estratégia quando falta dinheiro. Porém, quando não conseguem acessar alguma alternativa, disseram ficar sem atender determinadas necessidades, até a entrada de alguma fonte de receita surgir: “Tem que ficar sem! … Aí tem de ir levando, até entrar um dinheiro” (Aurora).

Sheila foi a única entre as mulheres entrevistadas que comentou, mais de uma vez na entrevista, sobre falta de comida e momentos em que teve que pedir comida para outras pessoas, situação que para ela foi extremamente constrangedora. Afirmou ter recebido julgamentos sem estas saberem a dificuldade que a pessoa em situação de pobreza está atravessando, o que indica a falta de empatia pelo outro. Tal julgamento afeta também a forma como ela se vê perante aos outros, produzindo uma *autodesvalia* (FREIRE, 2011). A autodesvalia, segundo Freire resulta da “(...) introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores” (FREIRE, 2011a, p. 69). Este comportamento se traduz na dependência e sentimento de incapacidade perante as possibilidades de mudança de sua própria condição de vida. Entretanto, ao verificar alterações nas relações de opressão, das condições materiais e/ou da percepção da estrutura de dominação, os oprimidos podem se colocar em luta para sua libertação e humanização. Neste sentido, de forma geral, os programas de combate à pobreza e de reforma agrária são vistos como “perigosos”, pois possibilitam a construção de certa base material para autonomia e independência, para uma menor sujeição às situações de extrema exploração.

No próximo item apresentaremos os significados construídos por elas sobre si, sobre o que é ser mulher, ser mulher pobre e ser mulher do campo.

**SOBRE SER MULHER – POBRE – E DO CAMPO**

A interseccionalidade do ser mulher, em condição de pobreza, na maioria dos casos negra ou parda, assentada e moradora da zona rural, traz uma série de questões complexas para suas vidas, resultado das diversas opressões que sofrem. Para algumas delas, primeiramente, ser mulher está associado a ser mãe e às responsabilidades que incorrem ou são impostas na maternidade.

Ser mulher é ter responsabilidade por “dar educação” aos filhos e filhas, acompanhá-los na escola, corrigi-los. Aurora fala sobre a habilidade de “se virar nos 30”, se referindo à necessidade de dar conta de todas as tarefas, demonstrando de forma clara que para a mulher existe a sobrecarga de funções.

Ao serem questionadas sobre o que acham de viver na terra, as mulheres participantes da pesquisa realizaram, de certa maneira, algum contraponto com a vida na cidade. Todas elas passaram pela experiência de morar em bairros urbanos da região, lembrando como na cidade as coisas eram mais difíceis.

Porque na cidade era tudo bem mais difícil mesmo. (Rosa)

Ah, é o que eu gosto. Sempre fui da roça, né? Então isso aqui é tudo. Porque eu na cidade, quando eu morava na cidade, tomava um monte de remédio, era depressiva, pressão altíssima, direto. Hoje não, levanto cedo, vou trabalhar, estou trabalhando o dia inteiro, eu não penso em nada, chega a tarde, tranquilidade. E é uma coisa que eu gosto. **Roça é tudo pra mim!** (Isabel – Entrevista reflexiva)

Indicam, igualmente, que a roça é um bom lugar para se morar e criar os filhos, e que eles também querem ficar na terra. E a mulher que mora na terra é uma mulher feliz, que passou por muitas dificuldades para poder morar na roça e por isso teve que ter coragem e força para lutar e resistir.

Ah... eu já ouvi falar que tem que ter muita coragem! Que não é todo mundo que encara não! O que a gente encarou aqui não é qualquer mulher que encara não! Eu acho que é aquelas que... sei lá... se identifica com esse tipo de lugar, né? Que teve muita gente no começo, teve muita mulher que desistiu, foi embora! (...) Porque assim, era quatro paus enfincado no chão e uma lona preta cobrindo. Igual eu já falei, quando eu vim pra cá, eu vim com um colchão de casal e minhas roupas. Era o que eu tinha para vir para cá. Porque as coisas que eu tinha de valor. Fogão eu não tinha porque eu morava na casa do meu vô e a gente comia ali. Então a gente trabalhava, ele comprava as coisas e a gente comia ali. Mas eu tinha uma televisão, eu vendi. Entendeu? Pra construir o barraco ali. Então quando eu vim pra cá, era muito dificultoso. Não tinha água, não tinha energia. Então era bem, bem dificultoso mesmo. Imagina? Nossa, quando eu vim pra cá, ai meu Deus! Nossa, eu até pensava: eu vou embora, não vou ficar mais aqui nesse lugar. Mas depois eu pensava assim, pelo menos no futuro eu vou ter a minha casa, o meu espaço. Mas era difícil aqui no começo. (...) E não pensava tanto em mim. Eu pensava mais nos meus filhos, né? (Carolina – Entrevista reflexiva)

Possuem força para superar as adversidades, superar o que elas chamam de “lona preta”. A motivação, a esperança de Carolina traduzida em ação, em ocupação e resistência, era de conseguir algo para seus filhos. Aprender com as dificuldades, como ressalta Sheila. Rosa, na entrevista reflexiva, nos falou que são mulheres batalhadoras, lutadoras, mas não se considera uma, se tratando como “parasita”, ou seja, uma autodesvalia da visão sobre si mesma.

**Rosa**: E agora? Ah, geralmente a mulher moradora de assentamento, né? Não eu, que eu sou uma parasita, né? São tudo, quase tudo que eu conheço são mulher lutadora, batalhadora, que não tem medo. Elas dirigem, elas saem, elas vendem, elas conversam, elas vão atrás das coisas, elas lutam… é assim que é a mulher moradora do assentamento.

**Mariana**: E por que você acha que não você?

**Rosa**: Ah, porque eu fiquei muito parada!

**Mariana**: Mas olha a luta que você passou!

**Rosa**: Mas agora que eu estou começando a abrir meu olho, começando a sair, a querer lutar pelos meus direitos. Ah, assim que eu penso das mulheres do assentamento. Maioria é assim. Eu vejo mesmo, a maioria que eu vejo, do jeito delas tudo, mas igual a P. (vizinha), a D. (vizinha), a Sheila… várias mulheres saem, dirigem, vão num lugar, vão no outro. Criam os filhos sozinha. Eu admiro pela coragem delas. Mulheres bem lutadoras. Ah, são lutadoras mesmo.

O não reconhecimento de que é ela quem produz mais da metade do alimento da família, que faz a gestão e manutenção do lote inteiro, praticamente sozinha, e que a reprodução social da sua família depende dela, ainda é muito forte. O patriarcado e o machismo produzem e reproduzem estas opressões, com a consolidação da invisibilidade do trabalho feminino. Na visão de Rosa, ser mulher e ser uma mulher do campo é lutar pelos seus direitos, romper com as amarras que a imobilizam. Rosa diz que começou a se movimentar, se inscrevendo em uma sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para voltar a estudar; ação que representa um grande passo em seu processo de construção de autonomia.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Destacamos que as práticas de resistências cotidianas traduzidas na produção para o autoconsumo e no manejo da terra, na divisão do trabalho e nas diferentes formas de viver na terra produziram processos educativos, formas diversas como elas se educaram durante a experiência do fazer a gestão da terra, da casa e renda familiar.

Vimos que as mulheres participantes da pesquisa acumulam as atividades reprodutivas de cuidado dos filhos, dos idosos e da casa com as de manejo da terra e de autoconsumo, em graus diferenciados entre elas. Porém a responsabilidade dos trabalhos domésticos e de cuidados são exclusivamente desempenhados por elas. Vimos também que as relações patriarcais condicionam a forma com que se dá a divisão das tarefas domésticas e, em alguns arranjos familiares, a governabilidade da gestão do dinheiro. Na maioria dos casos analisados, os homens ficam com o papel de provedor, e a mulher com o trabalho doméstico. No sentido apontado, o trabalho na roça visando autoconsumo configura-se, em certa medida, enquanto extensão da casa e do trabalho reprodutivo. Por isso, por mais que nos casos em que as mulheres gerem o recurso do Bolsa Família e produzem, ao mesmo tempo, boa parte do alimento consumido pela família, sua contribuição ainda é invisível aos olhos delas e de seus companheiros.

Buscamos desvelar os significados da terra e de ser mulher na terra aos olhos das colaboradoras da pesquisa, propondo a compreensão de que a terra possui lugar central em seus modos de produzir e de cuidar da vida, dela e de suas famílias.

Carlos Rodrigues Brandão (2009a, 2009b) defende uma educação em que as pessoas, conjuntamente, promovam a compreensão do mundo em que vivem de forma crítica, compartilhando os saberes e construindo em conjunto sua libertação. Neste sentido, a Educação Popular possui papel “como resistência e oposição ao *status quo* ” (BRANDÃO, 2009a, p. 9). A resistência e persistência são processos educativos desvelados pela pesquisa, pois a luta pela permanência na terra, com a possibilidade de sobrevivência tirada a partir de seu manejo, se traduz como resistência individual, familiar e coletiva dentro da realidade do assentamento. A resistência é a expressão de um esperançar traduzido como verbo, como ação.

Apesar de todas as dificuldades apontadas, as mulheres assentadas permanecem como guardiãs de seus territórios, da produção e reprodução da vida, na medida das possibilidades objetivas dispostas à elas. A prática cotidiana de luta pela reprodução da vida nos revela a tensão entre o esperançar, como verbo, ação, e a desesperança, carregada com todas as frustrações, negações e desumanizações no caminhar. Tensão entre a resistência, a resiliência e a resignação.

Os processos educativos advindos da gestão da renda familiar são traduzidos na forma como as mulheres assentadas produzem a vida na terra. Aqui, a terra ganha significado de éden, paraíso, libertação. Foi com o intuito de buscar novos caminhos e em busca de uma vida melhor que as mulheres participantes da pesquisa saíram da terra em direção à cidade quando jovens e adolescentes. Relatam que na cidade a vida era mais difícil e que, ao saberem do movimento de luta pela terra, optaram por juntarem-se a ele, morando embaixo da “lona preta” e em barracos de madeira em busca de seu pedaço de chão. Viveram a angústia de não saber se teriam o direito à terra, de ver os filhos chorando por não ter banheiro, água, energia elétrica, comida. Resistiram! Depois da conquista e homologação do assentamento, feita a divisão dos lotes, cada uma foi para seu próprio pedaço de terra. As dificuldades permaneceram e até aumentaram, pois agora estavam mais distantes umas das outras, sozinhas em seu núcleo familiar, vivenciando as contradições entre poder fazer o que quisessem em seus territórios, mas terem poucos braços e investimentos. Buscaram e buscam incessantemente saídas e soluções para poder viver na e da terra, gerando formas e estratégias para dar conta do viver, cuidar dos filhos e da casa, e serem ao mesmo tempo guardiãs da terra, de um território em que, costumeiramente, os homens deixam para buscar parte da renda fora da casa.

Novos significados e novas formas de compreender a gestão da renda familiar foram produzidos ao longo do processo de luta pelo direito à terra, pelo direito de se viver na terra e por meio dela. Luta em direção à libertação, à humanização, à superação das situações-limite em forma de resistência e persistência. Foram processos educativos produzidos na tensão entre a desumanização que as condições objetivas impõem e o processo de busca pela libertação que se expressa, para elas, no viver dignamente na terra. A terra não se configura apenas como espaço físico, local de moradia. É um território de produção de saberes, de trocas e de conservação dos conhecimentos ancestrais de agricultoras e agricultores.

**REFERÊNCIAS**

1. ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
2. ALVES, L.M. ALVARENGA, C; CARDOSO, E. CASTRO, N de; SAORI, S.; TELES, L. Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Minas Gerais, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.
3. BERNARDINO, N.F. Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos: Levantamento florístico e ambiental para análise do potencial para a meliponicultura. Monografia de Graduação, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP), 2013.
4. BRANDÃO, C. R. Pesquisar-Participar. In: \_\_\_\_\_ (Org). Repensando a pesquisa participante. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
5. BRANDÃO, C. R. Aprender a saber com e entre os outros In: ASSUMPÇÃO, R (org). Educação Popular na perspectiva Freiriana. Editora Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009a.
6. BRANDÃO, C. R. Algumas palavras sobre ontem e agora. In: BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. Cultura Rebelde: escritos sobre educação popular ontem e agora. Editora Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009b.
7. FARREL; J. ALTIERI, M. Sistemas Agroflorestais. In:ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
8. FERREIRA, T. L. Arquiteturas vernáculas e processos contemporâneos de produção: Formação, experimentação, e construção em um assentamento rural. Tese de doutorado – IAU/USP São Carlos, Brasil e AE&CC, ENSAG, Grenoble, França; 2014.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

FREITAS, M. M. Gestão da renda familiar de mulheres assentadas: processos educativos e suas tensões. Tese de Doutorado, UFSCAR, São Carlos, SP, 2020.

1. HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p. 595-609,set/dez. 2007.

OLIVEIRA, M. W.; SILVA, P. B. G. E.; GONCALVES JUNIOR, Luiz.; MONTRONE, Aida Victoria. G.; JOLY, lza. Z. L. Processos educativos em práticas sociais: Reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. de. Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação. São Carlos: EDUFSCAR, 2014, p. 29-46.

1. SILIPRANDI, E. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. Pensamiento iberoamericano , v. 9, p. 169-184, 2011.
2. VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas. Campinas, ano 22, nº 44, ago/dez 2014. p. 203-220.

1. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais (NUPER) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); presidente do Instituto Florada e membro da Cooperativa de Trabalho, Assistência Técnica e Extensão Rural e Meio Ambiente (AMATER), [m](mailto:pesquisaxxx@mail.com)ari.machitte@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
2. Professora Drª do Departamento de Metodologia de Ensino, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), [m](mailto:pesquisaxxx@mail.com)ontrone@ufscar.br [↑](#footnote-ref-3)
3. Este artigo é parte integrante de pesquisa de doutorado intitulada “Gestão da renda familiar de mulheres assentadas: processos educativos e suas tensões” (FREITAS, M.M; 2020) defendida no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) . Recebeu menção honrosa na seleção de melhor tese de 2020 pelo PPGE/UFSCAR. [↑](#footnote-ref-4)
4. Os nomes são fictícios. [↑](#footnote-ref-5)
5. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589612-entenda-o-que-e-o-glifosato-o-agrotoxico-mais-vendido-do-mundo> Acesso em 16 jan. 2020. [↑](#footnote-ref-6)